



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais  
IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho

TERE Nº80/2022/SCCC/CGAF-MUZ/MUZ-DAP/MUZ/IFSULDEMINAS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 25/2022  
PROCESSO Nº 23346.001131.2022-12

**1. DO OBJETO**

1.1 Eventual Aquisição Futura de Materiais para Agroindústria, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;

1.2 Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador.

ITEM	CATMAT	NATUREZA DE DESPESA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	463859	339030.07	Alho desidratado em pó Produto 100% natural e sem sal, livre de açúcar e corantes artificiais. Apresentação: Pacote com 500 g.	Pacote com 500 gramas	20	R\$26,33	R\$526,60
02	461695	339030.07	Alho granulado desidratado Produto 100% natural e sem sal, livre de açúcar e corantes artificiais. Apresentação: pacote com 500 g.	Pacote com 500 gramas	10	R\$41,97	R\$419,70
03	466576	339030.07	Cebola em pó com aroma Apresentação: pacote 1 Kg Referência: Del Fit produtos naturais.	Pacote com 1,0 kg	05	R\$35,67	R\$178,35
04	463879	339030.07	Cebolinha verde desidratada em plástico atóxico, hermeticamente vedado. Apresentação: pacote com 200 g.	Pacote com 200 gramas	10	R\$35,67	R\$356,70
05	463903	339030.07	Hortelã desidratado Apresentação: pacote com 1 kg.	Pacote com 1,0 kg	04	R\$32,67	R\$130,68
06	472305	339030.33	Cloreto de cálcio em pó grau alimentícios.	Kg	30	R\$17,41	R\$522,30
07	440618	339030.33	Lactase Preparado a base de enzima lactase (B-D-Galactosidase), isolada de uma cepa especial e não GMO de levedura (Kluyveromices marxianus var. Lactis) que funcione como um catalizador natural e promova a reação de hidrólise das moléculas de lactose atuando sobre a ligação b-1,4-Glucosidia, evitando a cristalização de doces cuja matéria-prima seja o leite. Apresentação: frasco com 500g.	Frasco com 500 gramas	02	R\$189,33	R\$378,66
08	463931	339030.07	Salsa desidratada Em plástico atóxico, hermeticamente vedado. Apresentação: pacote com 500 g.	Pacote com 500 gramas	06	R\$36,67	R\$220,02
09	447545	339030.07	Tripa suína fios LONGOS, acima de 4 (quatro) metros, calibrada 26/28 mm, para acondicionamento de linguça, com certificado do Serviço de Inspeção Federal (SIF). Apresentação: maço com 1 kg ou 90 metros	Kg	100	R\$99,33	R\$9.933,00
10	463916	339030.07	Orégano desidratado em plástico atóxico, hermeticamente vedado. Apresentação: pacote com 500 g.	Pacote com 500 gramas	06	R\$38,33	R\$229,98
11	463922	339030.07	Pimenta malagueta em pó Em plástico atóxico, hermeticamente vedado. Apresentação: pacote com 1Kg.	Pacote com 1,0 kg.	07	R\$46,19	R\$323,33
12	300646	339030.28	Dedo depenadeira com 9,0 cm. Produzido em material atóxico,, dentro dos parâmetros de qualidade exigidos pelas normas internacionais. Superfície lisa, flexível e resistente. Apresentação: Pacote com 100 unidades. Referência; PROTERVAC.	Pacote com 100 unidades.	02	R\$326,67	R\$653,34

13	300646	339030.28	Dedo depenadeira 11,5 cm Produzido em material atóxico,, dentro dos parâmetros de qualidade exigidos pelas normas internacionais. Superfície lisa, flexível e resistente. Apresentação: Pacote com 100 unidades. Referência; PROTERVAC.	Pacote com 100 unidades.	02	R\$361,67	R\$723,34
14	300646	339030.28	Dedo depenadeira 13,5cm Produzido em material atóxico,, dentro dos parâmetros de qualidade exigidos pelas normas internacionais. Superfície lisa, flexível e resistente. Apresentação: Pacote com 100 unidades. Referência; PROTERVAC.	Pacote com 100 unidades.	02	R\$408,33	R\$816,66
15	463157	339030.22	Detergente Líquido Neutro Produto de uso industrial indicado para limpar pisos, paredes, para uso em indústrias de alimentos em geral. Indicado para limpeza de qualquer tipo de superfície lavável, removendo facilmente sujidades gordurosas. Alta espumação. 100% biodegradável. Não inflamável, sem essência e corante. Diluição até 5%. Produto deve possuir registro no Ministério da Saúde /ANVISA. Apresentação: Litro.	Litro	800	R\$2,85	R\$2.280,00
16	432956	339030.19	Dessorador kite dessorador, touca + prensador baixo. Capacidade: 900 a 1100 g.	Unidade	50	R\$48,33	R\$2.416,50
17	470474	339030.21	Disco descascador de legumes Disco abrasivo para descascador de legumes com diâmetro aproximado de 37 cm.	Unidade	02	R\$323,33	R\$646,66
18	419326	339030.22	Esponja dupla face Espuma de poliuretano e fibra sintética com mineral abrasivo. Medidas - Altura: 2,0 cm - Largura: 7,5cm - Comprimento: 11cm Apresentação: pacote com 10 unidades Referência: Scotch-Brite.	Pacote com 10 unidades	80	R\$24,67	R\$1.973,60
19	454957	339030.22	Esponja para limpeza Esponja de fibra para limpeza leve. 102 x 260 mm. Limpeza de superfícies em inox, vidros, etc. Composição: fibra sintética com material levemente abrasivo. Cor branca. Apresentação: pacote com 10 unidades.	Pacote com 10 unidades	50	R\$26,00	R\$1.300,00
20	398300	339030.16	Etiquetas Adesivas A4 31 X 63,5 Mm cor branca com 27 etiquetas por folha. Apresentação: caixa com 100 folhas.	Caixa com 100 folhas	20	R\$65,09	R\$1.301,80
21	424764	339030.16	Etiquetas adesivas A4 nas seguintes medidas: 99,1 mm x 38,1 mm com branca com 14 etiquetas por folha. Apresentação: caixa com 100 folhas.	Caixa com 100 folhas	30	R\$65,09	R\$1.952,70
22	431290	339030.21	Faca 8" para desossa Lâmina aço inoxidável com dureza entre 54 e 57 HRC, cabo polipropileno com proteção antibacteriana, lâmina de 6 polegadas com fio duradouro, aplicação desossa realizada em frigorífico.	Unidade	20	R\$74,33	R\$1.486,60
23	448503	339030.22	Escova para lavagem de tanques em aço inoxidável Base em polietileno. Cerdas em nylon. Escova com 20 cm de comprimento. Cor azul ou branca. Cabo em alumínio com 1,2 m de comprimento.	Unidade	06	R\$223,33	R\$1.339,98
24	219007	339030.22	Lâmina Cutter Lâmina em aço inox para Cutter 65 litros - Ibrasmaq Mod. 97CT06 – Nº de série C.002 Faca de corte normal Referência: IBRASMAQ.	Unidade	06	R\$90,00	R\$540,00
25	466465	339030.25	Mangueira para leite Mangueira Sucção Atóxica Alimentícia 1.1/4 Pol.	Metro	50	R\$50,00	R\$2.500,00
26	264544	339030.21	Pedra para afiar facas Fabricada em material abrasivo, dupla granulação (lado para desbaste 120 e lado para acabamento 320), medindo 20x5x2,5cm Uso para afiação de ferramentas cortantes, formões e cutelaria em geral. Referência: Starret.	Unidade	10	R\$45,00	R\$450,00
27	150590	339030.21	Prateleira suspensa em aço inox Prateleira Suspensa Lisa Aço Inox 439 Escovado 1,0mx40cm, fabricada em chapa de aço inox Aisi 439 escovado. Espessura de 1,0 mm. Fixação sob mão francesa em inox Aisi 439 escovado. Referência: Krasinox.	Unidade	10	R\$193,00	R\$1.930,00
28	467308	339030.19	Pote pete transparente para alimentos com tampa roscada cor branca com capacidade para 600g (lacre 74 m m).	Unidade	5.000	R\$2,42	R\$12.100,00
29	233873	339030.07	Condimento sabor Realçador de sabor par aprodutos cárneos . Composição: sal (77,5%), Realçador de sabor glutamato monossódico INS621, proteína vegetal hidrolisada e açúcar. Apresentação: pacote com 500 g.	Pacote com 500 gramas.	20	R\$22,99	R\$459,80
30	233873	339030.33	Mistura para salsicha Mistura preparada para embutidos cárneos – contendo sal (70%), açúcar, aromatizantes, antioxidante INS 316, conservador INS e estabilizante	Kg	30	R\$28,74	R\$862,20

			INS451i. Validade de 01 ano. Máximo de 2 meses de fabricação. Apresentação: pacote de 1,010 kg.				
31	384366	339030.33	Ácido Nítrico 53% de concentração. Solução aquosa e incolor.	Litro	60	R\$59,23	R\$3.553,80
32	462225	339030.33	Cultura de bactérias para queijos de massa filada Cultura de bactérias lácteas termófilas, composta por Lactobacillus helveticus e Streptococcus thermophilus, liofilizada concentrada para inoculação direta, com alta atividade, utilizada na produção de queijo mussarela, inoculação direta, envelope com 50 unidades para 500 litros de leite, data de fabricação no máximo de 20 dias, encaminhar junto autorização de uso de produto em indústria alimentícia, produto registrado no Ministério da Agricultura. Prazo de validade de no mínimo 18 meses. Apresentação: embalagem com 10g Ex.: CHR FD-DVS TCC-20.	Envolve com 50 unidades para 500 litros de leite	150	R\$84,13	R\$12.619,50
<b>Valor Total Estimado da Compra R\$</b>							<b>R\$65.125,80</b>

**1.2. Muitas vezes o sistema (SIDEC) através do qual são lançados os produtos constantes neste Termo de Referência para disponibilizar inclusão da proposta por parte dos fornecedores não possui descrição compatível com as do produto a serem adquiridos e por isso são registrados utilizando-se sinônimos, genéricos ou similares. Deve ser considerada sempre a descrição completa dos produtos, constante neste Termo de Referência.**

1.3. A Instituição não está obrigada a firmar as contratações de todos os itens licitados ou de toda quantidade solicitada em cada item.

1.4. A Cotação de preços unitários e totais deve estar em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 casas decimais após a vírgula (ex. R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Anexo I, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

1.5. Serão aceitos somente itens que tenham sua descrição completa. Descrição incompleta será entendida como em desacordo com o solicitado.

1.6. O Pregoeiro poderá solicitar que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 08 (oito) dias úteis contados da solicitação.

## **2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. Quais os motivos que geraram a necessidade da aquisição ou contratação?**

O Instituto Federal Sul de Minas Gerais Campus Muzambinho é uma das Escolas-Fazendas da rede Federal de ensino, pesquisa e extensão vinculadas à SETEC (Secretaria de Educação Tecnológica) do MEC (Ministério da Educação) e faz parte da rede de Educação Profissional pública no Brasil. Como Escola Fazenda possui setores de produção como Agroindústria, que tem a finalidade de transformar as matérias-primas, prolongando sua disponibilidade, aumentado seu prazo de validade e diminuindo sua sazonalidade necessitando assim de aquisição de materiais de consumo para manutenção do setor.

### **2.2. Quais os objetivos, metas e benefícios a serem atendidos?**

Este processo tem como objetivo novo processo licitatório para aquisição de materiais desertos e cancelados constantes no pregão 07/2022. Estes itens são de grande utilidade para o setor, por isto necessidade de novo processo de compra para aquisição dos mesmos.

### **2.3. Justifique os quantitativos solicitados?**

O quantitativo solicitado atende o setor de Agroindústria durante o período de vigência do processo licitatório.

### **2.4. Quais os impactos do não atendimento?**

O não atendimento a esta solicitação causa grandes prejuízos ao setor, pois, a manipulação da matéria prima está diretamente dependente dos itens solicitados desde o recebimento até o seu acondicionamento final, podendo também prejudicar a oferta na alimentação dos alunos no refeitório.

### **2.5. Foi considerado aspectos sustentáveis na solicitação? Quais?**

Sim, pois, com a manipulação da matéria no setor de Agroindústria além de contribuir com a alimentação dos alunos agrega valor aos alimentos in natura, procurando manter as características originais dos alimentos.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo a esse processo licitatório.

#### **4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

4.1 A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do Art. 1º da Lei 10.520, de 2002.

#### **5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

5.1 O prazo de entrega dos materiais são de 30 (trinta) dias, contados do a partir do recebimento da nota de empenho, conforme quantidades estipuladas no empenho, no seguinte endereço IFSULDEMINAS - CAMPUS MUZAMBINHO situado na Estrada de Muzambinho KM 35 – Bairro Morro Preto, Muzambinho– MG, CEP: 37.890-000;

5.2 Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, a partir da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4 Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6 Os materiais relacionados neste termo de referência, deverão entregues e armazenados, por conta da empresa contratada, no local indicado pelo responsável do recebimento provisório.

**5.6.1 Todos os custos com equipamentos, mão de obra e outros que se fizerem necessários para a descarga dos materiais no local determinado pelo responsável técnico, correrão por conta da empresa contratada.**

#### **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.3. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.4 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.5 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. DO PAGAMENTO**

10.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 11. DO REAJUSTE

11.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1 cometer fraude fiscal;

12.1.2 comportar-se de modo inidôneo;

12.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.5 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2 multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.3 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.4 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

12.2.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3 As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.5, 12.2.6 e 12.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.4.1 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.3 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e

subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **13. ESTIMA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

13.1 Está estimado o custo total de **R\$ 65.125,80 (SESSENTA E CINCO MIL, CENTO E VINTE E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS)**.

13.2 O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta ao Pannel de Preços do Governo Federal, conforme o caso.

### **14. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

14.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenação Geral de Produção, auxiliado pelo “Setor de Compras, Contratos e Convênios”, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e aprovação das autoridades competentes.

Muzambinho – MG, 27 de junho de 2022.

Zélia Dias de Souza

**Diretora de Administração e Planejamento**

Renato Aparecido de Souza  
**Diretor-geral**

Documento assinado eletronicamente por:

- Zelia Dias de Souza, DIRETOR - CD3 - MUZ - MUZ-DAP, em 27/06/2022 10:50:58.
- Renato Aparecido de Souza, DIRETOR GERAL - CD2 - MUZ, em 27/06/2022 13:03:40.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/06/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 261024

Código de Autenticação: c887e6553b



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsuldeminas.edu.br>)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais